

Hábitos Alimentares, Segurança e Soberania Alimentar

Walter Belik

*Instituto de Economia / Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas
em Alimentação (NEPA/UNICAMP)*

Emma Siliprandi

Pesquisadora do NEPA/UNICAMP

Introdução

Em debate recente um famoso político brasileiro demonstrou toda a sua irritação quando um nutricionista cobrou um maior rigor por parte dos governos na defesa dos hábitos alimentares locais nos programas de públicos em segurança alimentar. Segundo esse político, esse tipo de cobrança não teria sentido em um país com um grande número de pessoas famintas, como seria o caso do Brasil. Ademais, de acordo com esse político, as pessoas pobres, aqueles que passam fome não teriam exatamente aquilo que denominamos “hábitos alimentares”.

O sentido dessa polêmica demonstra o quanto é difícil discutir esse tema e a sua importância para a construção de políticas que estejam de acordo com o entendimento de um quadro de segurança alimentar. Nesse debate, misturam-se conceitos e criam-se preconceitos. Afinal de contas, como podemos definir o que é essencial em termos de alimentação? Até que ponto o que definimos como essencial não estaria eivado de influências estabelecidas pela propaganda e por padrões de consumo que não dizem respeito à realidade de cada grupo social ou realidade local? Por outro lado, como seria possível estimular uma ali-

mentação saudável deixando ao consumidor o poder de decisão sobre o que comprar e como consumir?

Assim, o objetivo desse artigo é o de apresentar alguns elementos importantes, extraídos de levantamentos e estatísticas brasileiras, que possam nos ajudar a definir os limites das políticas públicas para o setor alimentar no que se refere à preservação dos hábitos alimentares. O texto tem como base a última POF - Pesquisas de Orçamento Familiar do IBGE (2002/03) que realizou um levantamento detalhado sobre o consumo de alimentos no Brasil. Até o fechamento desse trabalho, não haviam sido divulgados os dados da POF 2008, que deverá trazer uma radiografia completa da situação alimentar das famílias, incluindo aquelas domiciliadas na zona rural, permitindo uma comparação de mais longo prazo – ao longo da década, de como evoluiu o consumo de alimentos em um período inédito na economia brasileira, de crescimento das rendas.

Segurança Alimentar e Hábitos de Consumo

O conceito de segurança alimentar remonta ao período do pós-guerra, quando as nações estavam preocupadas com o abastecimento alimentar da sua população. Mais tarde, na década de 90 do século XX, a preocupação com a Segurança Alimentar volta à mesa de discussão, porém como um tema global. Sua definição e metas passam a ser traçadas pelo conjunto dos países participantes da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (conhecida pela sigla em inglês FAO – *Food and Agriculture Organization*). Segundo o conceito definido pela FAO em 1996, durante a Cúpula Mundial da Alimentação:

A segurança alimentar existe quando toda pessoa, em todo momento, tem acesso físico e econômico a alimentos suficientes, inócuos e nutritivos para satisfazer suas necessidades alimentares e preferências quanto aos alimentos, a fim de levar uma vida saudável e ativa.

Observa-se pela definição acima que além das questões originais de abastecimento alimentar, os países incorporam outras dimensões à segurança alimentar como, por exemplo, os temas ligados à nutrição, inocuidade e preferências quanto ao tipo de alimento consumido. Ademais, a definição da FAO sai das questões mais gerais, coletivas, e incorpora as questões individuais ligadas à satisfação pessoal.

Como se trata de um conceito em discussão, os movimentos sociais reunidos no Fórum Mundial sobre a Soberania Alimentar realizado em Havana, Cuba, em 2001, modificaram a noção de segurança alimentar introduzindo as questões de auto-determinação da produção e do consumo. Esses conceitos foram adotados no Brasil durante a II Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional de 2007.

Cada país tem o direito de definir suas próprias políticas e estratégias de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito a alimentação para toda a população respeitando as múltiplas características culturais dos povos.
(CONSEA, 2007)

Estes são os parâmetros aceitos, portanto, para se avaliar se a população de um determinado país se encontra ou não em situação de segurança e soberania alimentar: se as pessoas dispõem de recursos para adquirir (ou produzir) a sua alimentação; se têm acesso físico aos alimentos; se esses são de qualidade; se os alimentos que consomem estão de acordo com a sua cultura alimentar e com as suas próprias escolhas.

A vida moderna, como sabemos, impõe alguns limites para que as pessoas se alimentem de acordo com suas preferências. Nem sempre encontramos nos mercados os produtos que seriam mais do nosso agrado, ou temos recursos para comprá-los; além disso, muitas vezes, não dispomos de tempo ou não temos infra-estrutura para preparar a comida da forma que gostaríamos. Muitas vezes, as empresas agro-alimentares nos induzem, por meio da publicidade direta e indireta, a abandonar velhos hábitos e a incorporar o consumo de determinados produtos

que antes não faziam parte de nossa dieta. Assim como qualquer mercadoria, os alimentos e a forma como os consumimos dizem muito sobre nós como consumidores, por serem portadores também de símbolos e valores.

Um dos fatores mais importantes para a decisão sobre os alimentos que as pessoas consomem, portanto, é a sua renda, associada ao valor que aqueles alimentos têm para o grupo social ao qual se pertence. Também pesam nessas escolhas os hábitos culturais, as religiões, o local de moradia, etc.

Em muitos países, um dos fenômenos que mais contribuiu para a mudança dos hábitos alimentares da população foi a urbanização acelerada, ocorrida na segunda metade do século XX. O aumento da distância entre o local de moradia e o de trabalho, por exemplo, faz com que seja necessário alimentar-se fora de casa. Outro fator a ser considerado é a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho. Apesar da alimentação dentro do domicílio ainda ser uma responsabilidade feminina em todo o mundo, a sobrecarga dos trabalhos domésticos com as atividades remuneradas provocou a substituição, dentro das casas, das preparações demoradas e difíceis de fazer, por produtos pré-preparados ou prontos para o consumo. Esse movimento foi facilitado, e até mesmo introduzido, pelo maior acesso aos eletrodomésticos que, por sua vez, fazem parte do estilo de vida urbano.

Os resultados dessas mudanças na alimentação, do ponto de vista da saúde pública, são bastante conhecidos: a falta de uma alimentação balanceada e diversificada somado à falta de exercícios físicos, induz ao aumento da incidência de sobrepeso, de doenças não transmissíveis como diabetes, hipertensão, cânceres, artrites, cardiopatias e tantas outras doenças causadas por práticas alimentares inadequadas e relacionadas com o estilo de vida moderno. É importante considerarmos, portanto, as condições gerais em que essas mudanças ocorrem: não necessariamente como uma “livre escolha” das pessoas, mas como mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais.

Essas mudanças não vêm ocorrendo de forma automática em todos os países ou regiões. Em um ensaio fotográfico organizado por Faith D’Aluisio e Peter Menzel, em 2005, intitula-

do *What the World Eats*, são mostrados os alimentos adquiridos, semanalmente, por famílias de diferentes partes do mundo, e quanto essas famílias gastavam, em média, para adquiri-los. Algumas fotos podem ser acessadas na internet (<http://www.time.com/time/photogallery/0,29307,1626519,00.html>).

O conjunto da reportagem é bastante impressionante, porque mostra claramente a variação entre os hábitos alimentares conforme as regiões, tal como está ocorrendo em nossos dias. Em algumas famílias, por exemplo, consomem-se mais produtos industrializados; em outras, mais produtos *in natura*; umas comem mais peixe e menos carne, outras mais verduras e cereais, etc.. Certos produtos de marcas, como por exemplo, a coca-cola, estão presentes em quase todas as famílias, mostrando o grau de globalização atingido pelas empresas agro-alimentares, e a homogeneização de alguns hábitos de consumo. Mas a diferença entre os valores gastos também são marcantes (cf. Quadro 1), ou seja, o que é considerado básico para cada família varia também conforme a renda do país ou da região.

Quadro 1: Gastos semanais para a alimentação da família em diferentes países do mundo, 2008

País	Gastos semanais por família (US\$)
Alemanha	500,07
EUA – Carolina do Norte	341,98
Japão	317,25
Itália	260,11
Grã Bretanha	235,15
Kuwait	221,45
México	189,09
EUA - Califórnia	159,18
China	155,06
Polônia	151,27
Egito	68,53
Mongólia	40,02
Equador	31,55
Butão	5,03
Chad	1,23

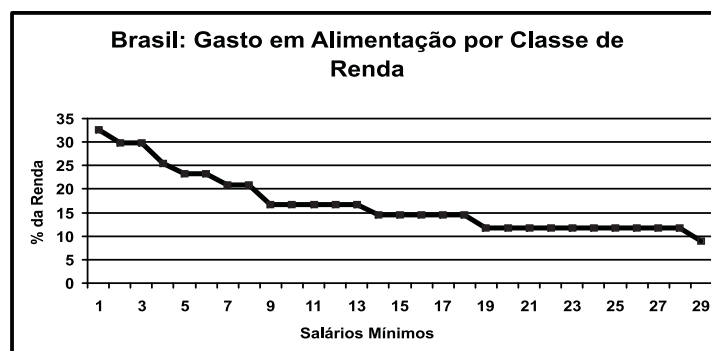
Fonte: D'Aluisio; Menzel, 2005.

Tendo como base o Quadro 1 observamos que a alimentação de uma família pode variar de US\$ 500,07 a apenas US\$ 1,23 semanais como temos os casos antípodas da Alemanha e do Chad. Concorrem para a constituição desses valores os mercados locais, as condições de renda das famílias, as taxas de câmbio utilizadas e a carga fiscal incidente sobre os produtos consumidos. No entanto, independentemente dos valores encontrados para cada país pesquisado é absolutamente cristalino que quanto mais pobre for a família maior será o peso da alimentação na sua renda. Ou seja, os mais ricos gastam mais em alimentos, mas a proporção desse gasto na sua renda é muito menor que a proporção desse gasto no caso de uma família pobre.

Essa relação entre gastos com alimentos e renda têm sido estudada desde o século XIX a partir dos trabalhos do estatístico alemão Ernest Engel. Pesquisa da Universidade da Califórnia ilustra os pressupostos de Engel, apresentando os percentuais médios gastos por diferentes países para a compra de produtos alimentícios. As populações de países com renda *per capita* alta, como o Canadá, os Estados Unidos e a Dinamarca, por exemplo, gastam algo em torno de 10% da sua renda com a sua alimentação; enquanto o contrário ocorre para os países menos desenvolvidos da América Latina, que destinam 40% da sua renda familiar para o consumo de alimentos (LIGON, 2008).

A situação é semelhante no Brasil entre as diferentes classes de renda. Conforme se pode observar através dos dados da POF de 2002/03, conforme aumenta a faixa de renda, diminui proporcionalmente o gasto com alimentação.

Gráfico 1



Fonte dos dados brutos: POF-IBGE 2002-03

O que ocorre quando há um aumento de renda para determinadas faixas da população? Nesse caso, a POF também nos auxilia a entender para onde vai esse excedente de renda. Os tipos de alimentos mais consumidos variam bastante no Brasil, conforme as faixas de renda. Entre os 20% mais pobres da população, por exemplo, o consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados é bem mais alto do que entre os 20% mais ricos da população. Esses números são invertidos para o caso dos produtos industrializados: os ricos os consomem muito mais do que os pobres (Levy-Costa et al., 2005, sobre dados da POF 2002/03).

Outro exemplo dessas diferenças pode ser visto na alimentação consumida fora do domicílio, apresentada na POF do IBGE, em 2003: enquanto nas faixas de renda mais baixas (até 2 salários mínimos) 12% das pessoas consumiam esse tipo de alimentação, entre as faixas de renda mais altas (acima de 30 salários mínimos) esse número subia para 36%. Enquanto, para alguns, comer fora de casa é uma necessidade por não haver outra opção, para outros segmentos da população passa a ser associada com o lazer e valorizada como um

hábito que confere *status social*. De qualquer maneira, através dos cálculos da “elasticidade-renda” para alimentação, em 2002/03 (Quadro 2) podemos observar que todas as faixas de renda têm um comportamento semelhante, valorizando a alimentação fora de casa mais que a alimentação no domicílio, muito embora as proporções da alimentação fora do domicílio para as faixas de renda mais alta sejam maiores do que para os que estão na base da pirâmide. Observa-se pelos dados preparados por Hoffmann (2007) que a classe de renda mais baixa tem uma tendência a emular o padrão de consumo das classes mais ricas, muito embora a proporção de consumo de bebidas fora do domicílio seja muito menor que a observada nas classes média e alta.

Quadro 2: Brasil: Elasticidade Renda para Alimentação 2002/03

Renda Familiar per capita	Elasticidade no Estrato		
	I	II	III
Alimentação no Domicílio	0,403	0,308	0,419
Alimentação fora do domicílio	0,525	0,869	0,666
Almoço e Jantar fora do domicílio	0,846	1,210	0,934
Cerveja e outras bebidas fora do domicílio	0,073	0,762	0,219

Fonte: Hoffmann (2007) a partir dos dados da POF - IBGE

Conclusões

Os hábitos de comer são escolhas sociais que se dão dentro de determinados limites, dados pelas estruturas de produção e de consumo existentes, e que não podem ser transformadas radicalmente em curtos períodos de tempo. Não é razoável supor, por exemplo, que hábitos de consumo que hoje são considerados inadequados venham a ser substituídos pela simples consciência de que são prejudiciais à saúde. Além das condições materiais necessárias para efetuar as mudanças torna-se fundamental a existência de informações suficientes para orientar as escolhas, garantindo um consumo prazeroso dos alimentos.

Hábitos alimentares saudáveis são induzidos através de políticas públicas responsáveis e muita informação junto ao consumidor. A insegurança alimentar e nutricional passa também por uma alimentação saudável. Para que as políticas de transferência de renda, por exemplo, sejam eficazes do ponto de vista da melhoria da nutrição da população pobre, que é a que mais sofre com a insegurança alimentar e nutricional, será necessário, portanto, uma atenção especial à análise das transformações que vêm ocorrendo nos hábitos alimentares dessa camada da população.

Com mais renda disponível, se tenderá, em termos globais, a aumentar o gasto com alimentos que hoje são consumidos pelas classes de renda média e alta, além da alimentação fora do domicílio. Trata-se de uma excelente oportunidade para promover uma alimentação de qualidade, que aliada a outros fatores como a melhoria no atendimento à saúde, saneamento básico, condições de habitação, etc. – poderá evitar os riscos da insegurança alimentar.

Referências Bibliográficas

- D'ALUISIO, F.; MENZEL, P. (EDS.) (2005) *HUNGRY PLANET: WHAT THE WORLD EATS*. BERKELEY: TEN SPEED PRESS.
- CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. *DOCUMENTO BASE PARA A III CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL*. BRASÍLIA, 2007.
- LEVY-COSTA, R. B.; SICHIERI, R.; PONTES, N. S.; MONTEIRO, C. A. (2005). DISPONIBILIDADE DOMICILIAR DE ALIMENTOS NO BRASIL: DISTRIBUIÇÃO E EVOLUÇÃO (1974-2003). *REVISTA SAÚDE PÚBLICA*. 39 (4). p. 530-40.
- LIGON, E. (2007) *FOOD PRICES AND THE WELFARE OF POOR CONSUMERS*. GIANNINI FOUNDATION OF AGRICULTURAL ECONOMICS, UNIVERSITY OF CALIFORNIA, BERKELEY (MIMEO).
- HOFFMANN, R. (2007) ELASTICIDADES-RENDA DAS DESPESAS E DO CONSUMO DE ALIMENTOS NO BRASIL EM 2002-2003 IN: GEIGER, FERNANDO ET AL. (ORGANIZADORES) *GASTO E CONSUMO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS CONTEMPORÂNEAS*. BRASÍLIA: IPEA, PP.484-484.